

Fulvio Cesar Garcia Severino

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP/Brasil)

Talvez alguém olhe as ruas da cidade onde vive e ouça um silêncio que ecoa distante e se junta a tantos outros silêncios que já não mais ecoam. A pandemia do covid-19 tem nos levado a muita reflexão, reflexão essa estimulada compulsoriamente, porque demanda das pessoas que se confinem, que tentem o exercício de conviver consigo mesmas por um tempo não determinado. O futuro foi confiscado porque se tornou incerto. O futuro, esta entidade que nunca existiu concretamente, mas que existia como plano, como rotina, como previsão, como possibilidade, como um discurso que inventávamos, deixou de existir da forma como estávamos acostumados. A tarefa desafiadora agora é criar não apenas um novo futuro, é preciso criar uma forma de criar um futuro. No entanto, resta uma pergunta essencial para respondermos ainda: que vidas terão direito a um futuro? Esta pergunta provém de outra, que ainda não havíamos respondido: “que vidas importam?”, ou ainda “importam para que finalidade?”.

Esta suspensão do futuro implica medo. O medo ronda nossas reflexões, nosso confinamento. Ao mesmo tempo em que as imagens da pandemia circulam o mundo como informações de um passado que ainda é presente, revelam o futuro iminente sem tempo previsto para acabar – colocado no lugar daquele que nos foi confiscado, que nem sequer existia. Surge a necessidade de algo que retire esse medo, que devolva uma certeza, que acalme o sentimento de impotência, de fragilidade.

O governo federal do Brasil apresentou uma solução de forma mágica. Na segunda-feira, dia 23 de março, lançou uma medida provisória que permitia empregadores suspenderem o contrato de trabalho por quatro meses. Na terça, dia 24, fez um pronunciamento em que afirmava que o covid-19 é apenas uma “gripezinha” e que a economia (seja lá o que isso signifique nesse novo contexto) não pode parar. Está feita a mágica! De um futuro incerto transita-se (alucinadamente) para a certeza. Desloca-se o medo da pandemia para o medo da “economia” – medo esse criado e que nele mesmo contém o antídoto: voltar à normalidade. Normalidade é outra palavra que perdeu qualquer significado que até então existia, ou faziam-nos acreditar que existia um significado.

Embora o presidente tenha voltado atrás parcialmente na questão dos salários, o medo foi acionado e baseado em um sentimento que tem realidade: milhares e milhares de famílias não serão capazes de se manter em quarentena por meses sem renda. Desloca-se, novamente, num passe de mágica, a ação neoliberal de um governo mínimo para uma suposta meritocracia necropolítica, como se esses dois fenômenos fossem antagônicos e que se coalescem em

forma de política pública da salvação.

Alguns governos estaduais e municipais começam a revogar o fechamento do comércio e começam a permitir a reabertura para que a economia “volte a funcionar”. Grupos de pessoas saem às ruas, dentro de seus carros caros, pedindo à volta da normalidade. A certeza que o governo entrega é a certeza do caos, do desastre, de uma hecatombe como vividos pela Itália e Espanha. Some-se o fato de que a desigualdade no Brasil é assustadora e que milhares se encontram em situação de rua, milhões se encontram em favelas cujas condições não permitem os devidos cuidados que as estratégias mundiais recomendam e outros milhões não têm nem terão como se manterem em confinamento por falta de condições financeiras e materiais de subsistência.

O conjunto dessas condições não entra em nenhum cálculo do governo federal. Além do mais, os governos estaduais e municipais serão responsabilizados pelo caos iminente, não o governo federal. O economista Eduardo Moreira tem nos alertado muito sobre essas condições, no Brasil, e feito análises bastante interessantes. Disso tudo, conclui-se que não vivemos apenas uma crise da saúde, mas uma crise social que escancara a desigualdade e revela o “pensamento abissal” brasileiro, mas também da humanidade, como bem afirmara Boaventura Souza Santos, agora evidentemente também como pandemia. A desigualdade revela-se como o catalizador da devastação que, ironicamente, equaliza as vidas – mas apenas equaliza aquelas que importam, aquelas que podem renunciar à preocupação com o presente para se preocupar com o futuro. Para algumas, o presente está também sendo confiscado.

Enquanto a arte é uma forma de nos relacionarmos com o passado e com o presente, a ciência é uma forma de nos relacionarmos também com o futuro, permitindo-nos atribuir um sentido de realidade. Mas se arte e ciência são depreciadas e colocadas em detrimento de achismos e de “teorias” absurdas como terraplanismo, como “vacinas não funcionam, são armas biológicas” passamos a perder a noção do limite do que é verdade e do que não é, por extensão, do que é realidade e de como fazer sua leitura.

Entendemos que o discurso do presidente (ao qual negamos fazer referência) ganha permissão de emergir porque há condições que também o permitem ter recepção e circulação. O ataque às universidades públicas desde o início do governo e o novo anúncio de cortes de bolsas para a pós-graduação reforçam a crise e mantêm a estratégia de, insidiosamente, produzir o caos “pelas beiradas”. O maquinário de fake news continua ativo e encontra agora um conjunto de pessoas confinadas, amedrontadas, sem esperança e reatualiza um conjunto de discursos circulantes desde o golpe de 2016 que ganham vida e arrebanham um conjunto imenso de desesperados cuja única esperança é o abismo. Na fuga do caos, estamos caminhando rumo ao caos. E, na perspectiva de um futuro incerto, caminhamos rumo à incerta certeza do futuro.

E ainda não respondemos a algumas perguntas: que vidas importam e que vidas “merecem” um futuro? Se essas forem difíceis, tentemos essas: Quais silêncios são mais altos e quais gritos são mais silenciosos?

[março de 2020]